



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

ASPECTOS SEMÂNTICO, PRAGMÁTICO E DISCURSIVO NO ENSINO DO IMPERATIVO

Rosângela dos Santos Marques*
(UESB)

Valéria Viana Sousa**
(UESB)

Jorge Augusto Alves da Silva***
(UEB)

RESUMO

Buscamos neste trabalho explorar a riqueza que é o uso real da língua, dando ênfase na diversidade de recursos de expressão do modo imperativo, haja vista que este modo, apesar de ser abordado em livros didáticos a partir de gêneros textuais diversos, ainda se encontra aprisionado a uma sistematização teórica que não explora a infinidade de intenções que podem ser geradas no ato da comunicação. Para comprovar tais afirmações, analisamos como dois livros didáticos do 6º ano e algumas gramáticas trazem o conceito de verbo e do modo imperativo. Esperamos que, a partir das análises, possibilitaremos uma metodologia de trabalho, mais adequada no que se refere ao modo imperativo, ressaltando a relevância de explorar os aspectos semânticos pragmático-discursivos para promover o desenvolvimento da competência sócio comunicativa. Nesse sentido, nos valemos da teoria Sociofuncionalista, e nos sustentamos pelas contribuições teóricas de gramáticos e linguistas.

* Mestranda pelo Profletras – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia: UESB, Bolsista pela CAPES, professora de Ensino Fundamental II pelo município de Brumado – BA (rosangeladmarques@ig.com.br)

** Doutora em Letras (área de concentração em Linguística e Língua Portuguesa) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Professora Titular da Área de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, coordenadora do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo – CNPq. (valeriavianasousa@gmail.com)

*** Doutor em Letras (área de concentração em Linguística Histórica) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Professor Titular da Área de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, coordenador do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo – CNPq. (adavgvstvm@gmail.com).



PALAVRAS-CHAVE: Gramática, Imperativo, Pragmática.

INTRODUÇÃO

O trabalho com a gramática normativa na contemporaneidade suscita inúmeras discussões. Muitos são os docentes que, ao utilizá-la, se sentem inseguros em sua prática, pois, nesses compêndios, em conformidade com a sua função de manutenção de um padrão linguístico de prestígio, não são apresentadas discussões a respeito da língua em uso, a falada no dia a dia, mesmo porque esse não é o papel da gramática tradicional. Dessa forma, boa parte dos discentes não consegue apreender seus conceitos nem enxerga possibilidades de usos em sua vida cotidiana.

Em relação à classe gramatical “verbo”, a situação não é diferente. A grande maioria dos aprendizes também apresenta ojeriza a esse conteúdo, pois o trabalho pedagógico está voltado quase sempre para a obediência ao seguinte ritual: conceituação, identificação e flexão. Nesse ritual, há uma valorização dos aspectos morfossintáticos em detrimento aos semânticos e, na aplicação das atividades, não é considerada, em momento algum, a variação linguística tão presente na comunidade de uso. Destarte, formas obsoletas são ensinadas não porque pertençam à realidade do utente da língua, mas porque um dia foram empregadas por autores hoje considerados clássicos.

Concebendo que a preocupação essencial do ensino de língua materna deva ser o de desenvolver a competência comunicativa de seus falantes enquanto “escreventes”, isto é, proporcionar condições de refletir criticamente sobre o mundo que o cerca e, sobretudo, utilizar a língua como instrumento de interação social, urge a necessidade de encontrar estratégias eficientes no trabalho com a gramática. Assim, neste trabalho, propomos um estudo sobre uma de suas categorias, o verbo, mais especificamente o



modo imperativo, tão relevante nos enunciados. Nossa pesquisa apresenta como objetivo geral analisar a relevância dos aspectos morfossintáticos, semântico-pragmático-discursivos do modo imperativo para promover o desenvolvimento da competência sócio comunicativa.

A GRAMÁTICA NECESSÁRIA

A linguagem está intrínseca aos seres humanos, pois como muitos sabem qualquer indivíduo que possui acesso à linguagem, a partir dos primeiros anos de vida, apreende todo um conjunto de regras que lhes possibilitam acionar a gramática de sua língua. Assim, qualquer criança de 4, 5 anos consegue formular frases coerentes, compreender enunciados, realizar hipóteses de interpretação, porque domina a estrutura de sua língua. Nesse sentido, Possenti (1996) corrobora:

Saber falar significa saber uma língua. Saber uma língua significa saber uma gramática. (...) Saber uma gramática não significa saber de cor algumas regras que se aprendem na escola, ou saber fazer algumas análises morfológicas e sintáticas. Mais profundo do que esse conhecimento é o conhecimento (intuitivo ou inconsciente) necessário para falar efetivamente a língua (POSSENTI, 1996, p. 30).

O que se depreende no fragmento acima é que o discente, ao adentrar na escola, já possui grande conhecimento de sua língua materna. Assim, ele já tem interiorizado, intuitivamente a gramática de sua língua. Essa gramática é essencial para que o aprendiz possa interagir em seu meio. Destarte, ela deve ser explorada, analisada para que se desenvolva e seja eficiente para o processo de comunicação. Mas, ao contrário disso, o que ocorre, na realidade, é que o estudo com a gramática se resume a meros exercícios de metalinguagem e as atividades epilinguísticas são deixadas à margem.

Neves (2010), em uma pesquisa realizada em São Paulo, questionou os professores “Para que você ensina gramática?” e das respostas pode-se depreender dois



conceitos básicos que os professores de 1º e 2º graus possuem sobre gramática: “(i) *Gramática como um conjunto de regras de bom uso (gramática normativa)*. (ii) *Gramática como descrição das entidades da língua e suas funções (gramática descritiva)* (p. 40).” Observa-se que os professores não demonstraram conceber a gramática como o próprio sistema de regras da língua em funcionamento, assim as atividades de reflexão e ação sobre a língua em uso ficam comprometidas. É nessa perspectiva, que o trabalho com a gramática é questionado. Ao refletir sobre o ensino de gramática nas escolas, outro linguista, Travaglia (2009), também expõe:

O ensino de gramática em nossas escolas tem sido primordialmente prescritivo, apegando-se a regras de gramática normativa que, como vimos, são estabelecidas de acordo com a tradição literária clássica, da qual é tirada a maioria dos exemplos. Tais regras e exemplos são repetidos anos a fio como formas “corretas” e “boas” a serem imitadas na expressão do pensamento (p. 101).

É relevante frisar que essas regras são impregnadas de metalinguagem, quase sempre incompreensíveis aos estudantes e, muitas vezes, não conseguem abranger a língua em situações de uso, causando a aversão dos alunos para este conteúdo. Será que sempre foi assim? A gramática antagônica ao uso real da língua?

Realizando uma pesquisa sobre as primeiras gramáticas, encontra-se a primeira gramática da Língua Portuguesa escrita em 1536, por Fernão de Oliveira. Apesar de o foco dessa gramática está centrado na pronúncia e na morfologia, sem atender de forma adequada, a nosso ver, à sintaxe e a semântica, o autor consegue demonstrar sua preocupação com a língua em uso, o que não ocorre em inúmeras outras gramáticas que foram produzidas a partir daquela época até os tempos atuais. Perini (2004) faz um comentário a respeito da gramática de Oliveira:

E em pelo menos uma coisa ela é nitidamente superior a quase todas as suas sucessoras: Fernão de Oliveira procurou, em todos os momentos, descrever a realidade linguística que o cercava, em vez de formular prescrições mais ou menos fantasiosas sobre o que se deve e não se



deve dizer. Por exemplo, um bom foneticista pode reconstituir com muita exatidão a pronúncia da época, baseando-se nas descrições dadas na *Gramática* (grifo do autor) (p. 116).

Percebe-se como Oliveira, nas palavras de Perini (2004), já compreendia a gramática como o próprio sistema de regras da língua em funcionamento, tendo em vista que, naquele compêndio, o gramático já tinha a preocupação em “*descrever a realidade linguística que o cercava*” (p. 116). Franchi (2006) também relata sobre um gramático francês Vaugelas (*em Remarques sur la langue française* [1647]) que possui, como base de estudo, as observações dos diferentes usos da linguagem. No entanto, após essas observações, Vaugelas caracterizava o que era um “bom” ou um “mau” uso da linguagem. Estratificando o bom e o mau uso pelas pessoas da seguinte forma: as pessoas da corte empregavam bem a linguagem, já o mau uso era realizado pelo povo.

Subjacente a essa diferenciação, estavam impregnados diversos preconceitos, inclusive o linguístico. Diante dessas reflexões, o que este estudo busca não é rejeitar as propostas das gramáticas prescritivas, mas explorá-las à luz de uma descrição linguística de um grupo como um meio de ajudar a desenvolver a competência sócio comunicativa, ampliando seus usos nas diferentes situações de interações.

Em meados do século XX, mais ou menos uma década após o surgimento do Gerativismo, despontam, na linguística, algumas mudanças significativas resultantes da influência salutar da convivência de diversos pesquisadores para enfrentar as novas realidades vistas no mundo: línguas em contato e diferentes estratos de uma língua em contato. É nesse período que o estudioso William Labov demonstra seu interesse pelo estudo da língua numa perspectiva social, surgindo daí a Sociolinguística.

Verificamos que essa teoria se interessa pelos aspectos sociais e culturais da produção da língua, ou seja, a fala em seu aspecto social e não individual. Sendo assim, para a Sociolinguística, é fundamental o falante, sua fala, o local onde se produz a fala, o momento em que se fala, o modo e o porquê da fala. Como é de conhecimento de muitos, a língua pode ser empregada de diversas formas, por exemplo, uma criança a utiliza



- c) Na percepção de que outras funções podem e devem ser incorporadas ao “tesouro” comunicativo do discente;
- d) Na ampliação do processo comunicativo a partir do estímulo à criatividade no uso.

Tal prática pedagógica, entretanto, deve iniciar-se com pesquisa *in loco* e partir para a elaboração de propostas factíveis em sala de aula a fim de “ressignificar” o ensino dos recursos semântico-pragmático-discursivos que o aparato verbal oferece ao discente.

METODOLOGIA

O presente artigo é parte integrante de uma dissertação que se encontra em fase de construção, pelos mesmos autores citados anteriormente. Essa dissertação trabalha com a perspectiva de valorizar os aspectos semânticos pragmáticos e discursivos do modo imperativo para um estudo mais significativo do “verbo”. Assim, realizamos: (i) uma abordagem teórica das correntes da linguística, dos tipos de gramática, dos conceitos de norma e variação; (ii) analisamos conceitos de verbos e do modo imperativo de gramáticos da tradição gramatical e linguística; (iii) avaliamos três coleções de livros; (iv) aplicamos atividades nas quais os alunos foram incentivados a construir frases contextualizadas, empregando verbos e, por último, estamos analisando essas atividades e preparando uma proposta de intervenção para o ensino do verbo com base na gramática reflexiva e na teoria sociofuncionalista.

Para este artigo, optamos apenas por analisar a gramática de forma geral, analisamos as acepções expostas em gramáticas tradicionais acerca de “verbo” e “modo imperativo” de Cunha e Cintra e Celso Pedro Luft, como também em livros didáticos do 6º ano.



DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Partimos para a nossa discussão, na qual analisamos a morfossintaxe do verbo, com ênfase no modo imperativo, elegendo aspectos semânticos, pragmáticos e discursivos como foco central de nosso estudo.

Iniciemos por Cunha (1986^{*****}) que declara: “1. Verbo é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo”. (p. 366). Em seguida, Cunha (1986) se limita a listar frases soltas, descontextualizadas, ou seja, o contexto extralinguístico não é abordado. Para complementar, ele continua:

2. O verbo não tem, sintaticamente, uma função que lhe seja privativa, pois também o substantivo e o adjetivo podem ser núcleos do predicado. Individualiza-se, no entanto, pela função obrigatória de predicado, a única que desempenha na estrutura oracional (CUNHA, 1986, p. 366).

Percebemos que o autor apresenta o conceito de verbo com base em sua morfologia (“variável”), semântico (“um acontecimento representado no tempo”) e função-sintática (“função obrigatória de predicado”). A linguagem empregada para explicação do verbo é envolta por uma metalinguagem, que obriga o leitor a fazer uma revisão comparativa das categorias gramaticais.

É interessante frisar que Cunha (1986) escreveu essa gramática em 1972 e, em 1984, ao lançar “A Nova Gramática do Português Contemporâneo”, que contou com o auxílio de Lindley Cintra, a mesma definição é mantida, perpetuando exemplos igualmente isolados. Vejamos:

***** No âmbito de nosso estudo citamos a edição de 1986 em 11^a que reproduz a obra publicada em 1972.



Verbo é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo:

Um dia, Aparício **desapareceu** para sempre. (A. Meyer, SI, 25)

A mulher **foi educada** por minha mãe. (Machado de Assis, OC, I 343)

Como **estavam** velhos! (A. Bessa Luís, S, 189.)

Anoitecera já de todo. (C. de Oliveira, AC, 19) (CUNHA; CINTRA, 2013, p. 393)

E assim, Cunha e Cintra (2013) prosseguem apresentando as flexões do verbo, mencionando as variações em números, pessoas, modos, tempos e vozes tal qual a primeira gramática; porém há o acréscimo da variação de aspecto que já significa avanços relacionados a uma abordagem semântica. No entanto, a natureza classificatória predomina, já que os verbos continuam a ser tratados como regulares, irregulares, defectivos e abundantes.

Ao se referirem aos modos, Cunha e Cintra (2013) esclarecem: “*Chamam-se MODOS as diferentes formas que toma o verbo para indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia (p. 394)*”. Nessa abordagem, podemos até mencionar que os aspectos semânticos e pragmáticos estariam sendo contemplados, pelo simples fato da pessoa que fala optar por um modo verbal, a partir do qual se deseja transmitir uma mensagem. Entretanto, poderiam ter explorado alguns enunciados dentro de situações discursivas para tornar o aprendizado do modo imperativo mais concreto e significativo, o que não foi feito.

Os gramáticos declaram que as formas do modo imperativo são semelhantes as do subjuntivo, com exceção das segundas pessoas. Porém, não há nenhum esclarecimento em relação à origem dessa formação, o porquê da analogia ao subjuntivo, pois, como é sabido, o modo subjuntivo representa a dúvida, a possibilidade, enquanto que o imperativo indica ordem, mando. Nessa perspectiva, seria coerente possuímos apenas a segunda pessoa, tanto do singular como do plural, como sendo do modo imperativo. Afinal, ele é o modo do “mando” e a 2ª pessoa é representada no discurso por aquele com quem se fala, ou seja, um indivíduo se dirige a outro interlocutor e dá uma ordem ou comando.



Avaliaremos, agora, as definições de Luft (1990) que, ao explicar sobre verbo, realiza um paralelo entre essa classe gramatical e o nome. Essa analogia é bastante positiva, pois faz com que apreendamos a distinção de uma palavra que exprime processo de forma dinâmica (verbo) e que exprime as realidades de forma estática (nome). Todavia, se não nos atentarmos, minuciosamente, a essa definição poderemos classificar palavras que são tidas como substantivos abstratos como sendo verbos. Pois, palavras que indicam ações como: corrida, trabalho entre outras, exprimem processos, mas não são consideradas verbos, mas sim substantivos. O que pode suscitar a diferença é o fato de elas sofrerem alterações que as situam no tempo. Confirmam:

Palavra que exprime processo, situando no tempo ações (correr, trabalhar), fenômenos (ventar, chover), estados (ser, estar) ou mudanças de estado (tornar, ficar, virar). Nisso contrasta com o nome: este exprime as realidades estaticamente, ao passo que o verbo o faz dinamicamente. O nome situa o ser no espaço; o verbo representa-o no tempo, sob a forma de ação, movimento, fenômeno, estado (LUFT, 1990,p. 106).

Luft (1990) ainda faz questão de frisar esta distinção: “O que caracteriza o verbo em oposição ao nome é, portanto, a ideia temporal (os alemães o chamam de Zeiwort - ‘palavra de tempo’): o começo, a duração ou resultado de um processo (aspecto) ou o momento de sua ocorrência (tempo)” (p.107). Percebemos que Luft (1990), apesar de usar da taxonomia, quando se refere a algumas categorias do verbo, busca esclarecer com palavras mais comuns, facilitando assim, a compreensão do leitor. Quando passa a mencionar o verbo dentro dos enunciados, o gramático reconhece o valor dessa classe gramatical dentro da oração, haja vista que sem ela, não haveria a oração. Assim, não foi irrefletida a designação pelos gramáticos latinos de: “*verbo, a palavra*” (p. 107).

Ao mencionar o modo, Luft (1990) diz: “é a propriedade que tem os verbos de exprimir a atitude psíquica (modo de ver, encarar) do falante em relação ao processo – ação, estado etc. (p.111)”. Nesse sentido, o modo é determinado de maneira semântica e pragmática. Contudo, o aspecto pragmático não é explorado pelo gramático, consentindo



assim, uma lacuna em relação ao aspecto referido. Um fator que difere Luft (1990) dos demais gramáticos pesquisados é a sua audácia em afirmar que o imperativo não é um modo, mas sim, “a forma que o verbo assume na linguagem ativa (p.111).” Porém, em seguida, ele profere que excluí-lo, seria quebrar a tradição. Concebemos então que, para o gramático, é bem mais cômodo permanecer com uma explicação que, muitas vezes, não consegue suprir todo o significado, tornando-se ineficaz ou até incoerente, do que romper com toda a tradição linguística.

Luft (1990) assegura que o falante, através do modo imperativo, “impõe o processo verbal à 2ª pessoa (ouvinte), assumindo atitude ativa; é o modo do mando (p.112).” Além disso, ele traz a etimologia de “imperativo” que vem “de imperar, ‘ordenar, mandar’ (p.112)”. Assim, ele admite somente a 2ª pessoa, tanto do singular como do plural, como sendo do modo imperativo.

Elegemos duas coleções de livros didáticos, mais votados por professores de língua portuguesa, para adoção pelo período de três anos, no município de Brumado interior da Bahia. Dessas coleções, analisaremos apenas os livros do 6º ano, por apenas, nos livros desse ano, ser tratado o assunto a qual nos propomos a analisar, o verbo e o modo imperativo.

Iniciamos pela Coleção “Português linguagens” que foi a eleita para adoção entre os anos de 2014 a 2016. Por ser a escolhida entre tantas outras, esperamos que ela possa nos oferecer estratégias de ensino significativas ao processo de ensino aprendizagem. No livro do 6º ano, no capítulo referente a verbo, encontramos uma narrativa em quadrinhos (história em quadrinhos ou HQ) empregada para apresentar palavras que exprimem ações que são realizadas ou mencionadas pelos personagens.

Os autores trouxeram o conteúdo de forma contextualizada, contudo, ao apresentar as questões, buscaram apenas promover a compreensão da HQ, enquanto que as questões voltadas para as possibilidades de trabalhar com os diversos recursos linguísticos para a produção de sentidos ficaram à margem da discussão. Ao se referir ao conteúdo gramatical, foi solicitado que se retirasse da tira palavras que indicarem

ordem e ação, e, que se observasse as palavras que indicam ação, estado, fenômeno da natureza. Notamos que a definição não se difere das adotadas pelas gramáticas tradicionais. Entretanto, prosseguindo a análise encontramos uma questão, de outro exercício, nas quais é possibilitada aos discentes a chance de empregarem sua própria língua. Há uma pintura com imagens de pessoas praticando diversas ações. Para a pintura temos a questão: “(1) Observe as personagens da pintura a seguir e escreva frases com verbos que traduzam suas ações (p.223)”, apesar de favorecer a produção escrita, pois os discentes irão analisar a imagem e descrever as ações das personagens, a questão poderia ser bem mais explorada para se tornar significativa e condizente a realidade do discente. Como por exemplo, levantar uma discussão: (i) Quem, onde, por que, são realizadas as ações na tela? (ii) A imagem exposta na tela lembra algum local ou situação de sua cidade? Qual? Por quê? (iii) Observando a tela como um todo e as situações de interações das personagens, quais as possíveis falas (ou diálogos) poderiam existir entre as personagens? Nesse sentido, os alunos exercitariam a prática da escrita e/ou da linguagem oral em todos os aspectos semânticos, pragmáticos e discursivos e a abordagem se tornaria produtiva e significativa.

No que se referem aos modos, os autores expõem uma tira da Mafalda para destacar os verbos que se encontram nos três modos: indicativo, subjuntivo e imperativo. Para este último modo, é designado uma acepção semelhante às expostas na gramática tradicional. E, exploram a tira enfatizando somente os aspectos morfosintáticos. E, para finalizar, com o lema “Semântica e discurso” nos deparamos com um exercício de dez questões, entre elas, três nos chamam atenção. Vejamos uma delas:

(3) As três frases a seguir contêm verbos no modo imperativo. Apesar disso, apresentam diferenças de sentido. Observe:

Desligue a televisão, por favor.

Desligue a televisão, já!

Desligue a televisão!

a) Em qual das frases o pedido, ou a ordem, é feito de modo mais educado e gentil?



b) Em qual das frases o tom parece ser mais autoritário?

Percebemos que as três questões vêm ao encontro do que consideramos relevantes ao desenvolvimento da competência comunicativa. Desse modo, é bastante aceitável que o livro didático “Português linguagens”, foi a opção mais votada para adoção. É interessante relatar que, no livro, logo abaixo da questão (6) em letras bem pequenas há a seguinte referência: “As questões 3, 4, e 6 são baseadas em sugestões do livro Gramática – Ensino Plural, de Luiz Carlos Travaglia. São Paulo: Cortez, 2003. (p.231)”. Essa referência deixa-nos muito satisfeitos por saber que alguns discentes já estão em contato com esse tipo de metodologia, e, por saber que as ideias do gramático citado, servem como base para este artigo.

No livro “Projeto Teláris” (2012), do 6º ano, são dispostos seis gêneros textuais distintos para mostrar a marca temporal dos verbos, e, também, se indicam ação, modo ou estado do ser ou fenômeno da natureza. E, com o lema “Hora de organizar o que estudamos”, as autoras resumem: “palavra que indica ação, qualidade ou estado do ser a que se referem fenômeno da natureza, localizando-os no tempo” (p.182). Embora façam um longo passeio pela indução do conceito, é notório que os aspectos semântico-discursivos ficam à margem.

No que tange ao conceito propriamente dito, o livro traz: “modo imperativo: expressa formas verbais que indicam pedido, ordem, conselho, súplica, desejo, convite, sugestão (p. 231)”. Avançando na análise, um quesito faz jus enfatizarmos, o personagem “Ozzy” grita: “Mãe, traz mais suco! (p.234)”, em seguida algumas questões são realizadas:

Ozzy usa o modo imperativo para fazer seu pedido, que está em uma linguagem mais informal. Ele poderia dizer de vários modos:

- _ Mãe!! Vou querer mais suco! (indicando futuro)
- _ Mãe!! Quero mais suco! (indicando certeza no presente)
- _ Mãe!! Queria mais suco! (indicando possibilidade)
- _ Mãe!! Traga mais suco! (indicando uma ordem)

De quantos modos a mãe poderia responder usando a frase a seguir?



_ Não! Pode desligar a TV e ir dormir!
Indicando: Futuro, Possibilidade, Ordem (p. 234).

Finalmente uma questão em que o discente poderá efetivar o uso de sua língua, isto é, a ele foi oportunizado o direito de empregar as suas falas. E, caso seja devidamente orientado, produzirá suas frases almejando atender ao que foi lhe solicitado, procurando os efeitos de sentidos que devem ser alcançados para uma adequada interação na situação comunicativa em que as personagens estão envolvidas. Assim, provavelmente, ele reconhecerá na língua da escola, sua língua e aprenderá que há uma variante de prestígio que pode ser apreendida e empregada para fins específicos. Eis os aspectos semânticos, pragmático-discursivos sendo contemplados no livro didático, mesmo que de maneira tímida.

CONCLUSÕES

Constatamos que, embora, na Tradição Gramatical, haja a abordagem de “verbo” e “imperativo” voltada quase exclusivamente para as formas de flexão, identificação e denominação, nos livros didáticos, ainda que, de forma incipiente, já está sendo apresentado um estudo do modo imperativo com o foco na língua em uso.

REFERÊNCIAS

- BORGATTO, Ana Maria Trinconi; BERTIN, Terezinha Costa Hasshimoto; MARCHEZI, Vera Lúcia de Carvalho. **Projeto Teláris**: Português. Ana Maria Trinconi Borgatto, São Paulo: Ática, 2012. .1. ed.
- CEREJA, William Roberto & MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português**: linguagens, 6º ano. São Paulo: Saraiva, 2012. 7. ed. reform.
- CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da Língua Portuguesa**.. Rio de Janeiro: FAE, 1986. 11 ed



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

- CUNHA, Celso. CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013. 6. ed.
- FRANCHI, Carlos. **Mas o que é mesmo “gramática”?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- LUFT, Celso Pedro. **Novo manual de português, gramática, ortografia oficial, redação, literatura, textos e testes**. São Paulo: Globo, 1990. 13. ed.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 2010. 8. ed., 2ª reimpressão.
- _____, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola**. São Paulo: Contexto, 2013. 4. ed.
- PERINI, Mário Alberto. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- _____. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas SP: Mercado de letras, 1996.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. São Paulo: Cortez, 2009. 14. Ed